

**Violência doméstica contra a mulher: contexto sociocultural e saúde mental da vítima**  
**Domestic violence against women: sociocultural context and mental health of the victim**  
**Violencia doméstica contra la mujer: contexto sociocultural y salud mental de la víctima**

Recebido: 06/12/2019 | Revisado: 10/12/2019 | Aceito: 11/12/2019 | Publicado: 19/12/2019

**Ana Fernanda Carnelosso Silva**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6768-852X>

Universidade Franciscana, Brasil

E-mail: [fana2841@gmail.com](mailto:fana2841@gmail.com)

**Caroline Guerreiro Alves**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1653-3461>

Universidade Franciscana, Brasil

E-mail: [carolineguerreiro08@gmail.com](mailto:carolineguerreiro08@gmail.com)

**Gabriéli Dias Machado**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5766-6626>

Universidade Franciscana, Brasil

E-mail: [gabrieli.dm@hotmail.com](mailto:gabrieli.dm@hotmail.com)

**Isadora Ribeiro Meine**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4226-4210>

Universidade Franciscana, Brasil

E-mail: [meineisadora@gmail.com](mailto:meineisadora@gmail.com)

**Renata Machado da Silva**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7892-2687>

Universidade Franciscana, Brasil

E-mail: [renataprms@hotmail.com](mailto:renataprms@hotmail.com)

**Janaína Pereira Pretto Carlesso**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8488-1906>

Universidade Franciscana, Brasil

E-mail: [janapcarlesso@yahoo.com.br](mailto:janapcarlesso@yahoo.com.br)

**Resumo**

O presente estudo objetiva a verificação na literatura científica dos impactos da violência doméstica contra mulher no contexto familiar e na saúde mental da vítima. Diante disso, realizou-se uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo. Adotou-se como critério de

inclusão artigos científicos publicados em língua portuguesa, com informações de maior relevância para a pesquisa, sendo realizadas considerações a respeito da violência contra mulher e seus impactos a saúde mental. Os resultados do estudo apontam que há um contexto sociocultural que considera a desigualdade de gêneros, propiciando a prática da violência. Acerca disso, cabe ressaltar também que além de dificuldades da vítima de tentar abandonar o contexto de violência, constataram-se inúmeros impactos psicológicos. Conclui-se que através de um levantamento de questões referentes a temática da violência doméstica, buscou-se possibilitar reflexões e questionamentos referentes ao contexto em que se dá a violência, como os danos à saúde mental das vítimas, visando um olhar acolhedor em relação à mulher violentada, principalmente no atendimento no âmbito da saúde.

**Palavras-chave:** Violência doméstica; Mulher; Contexto familiar; Saúde mental; Psicologia.

**Abstract:**

This study aims to verify in the scientific literature the impacts of domestic violence against women in the family context and the mental health of the victim. Therefore, a qualitative bibliographic research was carried out. The inclusion criterion was scientific articles published in Portuguese, with more relevant information for the research, and considerations were made regarding violence against women and its impacts on mental health. The results of the study indicate that there is a sociocultural context that considers gender inequality, favoring the practice of violence. In this regard, it should also be noted that in addition to the difficulties of the victim to try to abandon the violent context, there were numerous psychological impacts. It is concluded that through a survey of questions related to the theme of domestic violence, we sought to enable reflections and questions regarding the context in which violence occurs, such as damage to the mental health of victims, seeking a welcoming look in relation to woman raped, especially in health care.

**Keywords:** Domestic violence; Women; Familiar context; Mental health; Psychology.

**Resumen:**

Este estudio tiene como objetivo verificar en la literatura científica los impactos de la violencia doméstica contra las mujeres en el contexto familiar y la salud mental de la víctima. Por lo tanto, se realizó una investigación bibliográfica cualitativa. El criterio de inclusión fueron los artículos científicos publicados en portugués, con información más relevante para la investigación, y se hicieron consideraciones con respecto a la violencia contra las mujeres y sus impactos en la salud mental. Los resultados del estudio indican que existe un contexto

sociocultural que considera la desigualdad de género y favorece la práctica de la violencia. En este sentido, también debe tenerse en cuenta que, además de las dificultades de la víctima para tratar de abandonar el contexto violento, hubo numerosos impactos psicológicos. Se concluye que a través de una encuesta de preguntas relacionadas con el tema de la violencia doméstica, buscamos permitir reflexiones y preguntas sobre el contexto en el que ocurre la violencia, como el daño a la salud mental de las víctimas, buscando una mirada acogedora en relación con mujer violada, especialmente en el cuidado de la salud.

**Palabras clave:** Violencia doméstica; mujer; contexto familiar; salud mental; Psicología.

## Introdução

A violência é considerada como qualquer prática de agressão ou negligência à pessoa que pode provocar danos psicológicos, físicos ou sexuais, contendo ameaças, coerção ou privação arbitrária de liberdade, tanto em ambiente público como em privado. Dentro disso, o uso proposital de uma força ou poder como forma de coerção, havendo grande possibilidade de gerar lesão, morte, dano psicológico, ou até privações. Considera-se que tal prática consiste em um grave problema de saúde pública, ocasionando à violação de direitos humanos (Lisboa & Pinheiro, 2005).

A violência doméstica contra a mulher ocorre quando o agressor possui algum vínculo afetivo com a vítima. Essas agressões podem impactar de forma brutal na saúde mental da mesma. As consequências decorridas desta violência podem ser passageiras, chegando a acompanhar a vítima por um longo tempo (Araújo, 1996).

Ao longo de 2018, de acordo com pesquisa realizada pelo Datafolha e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP (2019), cerca de 16 milhões de brasileiras, com 16 anos ou mais, sofreram com algum tipo de violência. Dentro dos episódios mais graves de violência, 76,4% das mulheres afirmaram que foi cometida por um alguém conhecido. Dentre as categorias de conhecidos, obteve-se 23,8% na de cônjuge/companheiro/namorado, 21,1% na do vizinho, 15,2% na do cônjuge/ ex-companheiro/ex-namorado, 14,5% na dos familiares - como irmãos (ãs), pais/mães, padastro/madrasta, tio (a), 6,3% na dos amigos (as) e, por fim, 3,0% do patrão/chefe/colega de trabalho.

Além disso, nesta mesma pesquisa, 42% das mulheres continuam sendo vítima de violência dentro de casa, enquanto 29,1% alegaram a ocorrência na rua. Além disso, 8,2%

relataram ter sofrido de violência na internet, 7,5% no trabalho, 2,7% no bar ou balada, 1,4% na escola ou faculdade e 9% em outros lugares não citados (Datafolha & FBSP, 2019).

Em virtude das altas taxas de violência contra a mulher e da frequente ocorrência desse fenômeno em âmbito doméstico, surgiram tanto questionamentos em relação às raízes socioculturais propiciadoras e mantenedoras dessa prática quanto aos danos gerados na vítima e possíveis intervenções psicológicas. Nesse sentido, o problema de pesquisa foi o de identificar, quais são os impactos da violência doméstica no contexto familiar na saúde mental da mulher vítima?

A partir de tais considerações, objetivou-se a verificação na literatura científica dos impactos da violência doméstica contra mulher no contexto familiar e na saúde mental da vítima. Dentro disso, desenvolveram-se três objetivos específicos: buscou-se identificar os fatores psicossociais que influenciam a violência no contexto familiar; descrever a relação conjugal violenta e os danos à saúde mental da mulher vítima da violência; investigar o papel do psicólogo no atendimento das vítimas de violência doméstica.

## **Metodologia**

O presente estudo preocupou-se em abordar um universo de comportamentos sócios culturais difundidos relacionados à violência contra mulheres, usando da abordagem metodológica qualitativa. Isto é, já que, por meio de tal abordagem, contempla-se um nível de realidade que não pode ser quantificado, tal como significados, motivos, valores e atitudes (Deslandes, Neto, & Gomes, 2003).

A compreensão qualitativa da violência contra mulheres se baseou no caráter subjetivo do objeto analisado, bem como as suas particularidades e experiências. Deste modo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo a partir de evidências e informações que contribuíram para a elaboração do artigo (Botelho, Cunha, & Macedo, 2011).

Ao se adotar um olhar crítico em relação ao tema abordado constatou-se que a análise de conteúdo exigiu dedicação e criatividade a fim de se obter uma definição relevante. Nesse sentido, evidenciou-se a prioridade da técnica abordar uma postura mais ampla, não especificamente positivista (Anelise Rebelato Mozzato & Grzybovski, 2011).

Ao utilizarmos a análise de conteúdo como forma de interpretação destacamos o conceito de Bardin (1977), o qual define este método como conjunto de técnicas de análise de comunicação, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo. A análise de conteúdo tem por objetivo manifestar certezas e enriquecer a literatura.

Bardin (1977) menciona que a análise de conteúdo oscila entre a objetividade e a subjetividade. Neste sentido, a interpretação existe na análise de conteúdo, entretanto ela é constantemente substituída por técnicas de validação. A fidelidade aos princípios científicos deve sempre prevalecer, no entanto, a análise de conteúdo não é exclusivamente um alcance descritivo, ou seja, sua principal função e objetivo é a inferência.

Segundo Bardin (2006) as etapas da análise de conteúdo podem ser divididas em três métodos. O primeiro consiste na pré-análise (dados classificados e organizados para que a análise seja realizada mais facilmente); o segundo consiste na exploração do material e, o terceiro consiste nos resultados e discussões (parte final do processo). Mozzato e Grzybovski (2011) salientam que a análise de conteúdo procura apresentar os significantes tendo como objeto a palavra. Sendo para Santos (2012) uma profunda leitura que permite a compreensão e aplicação de determinado tema. Em síntese, levando em consideração o conceito de Bardin (1977) realizou-se a análise de conteúdo referente ao tema Violência doméstica contra a mulher: contexto sociocultural e saúde mental da vítima.

A principal fonte de referência consultada foram as bases de dados SciElo e PePSIC, nas quais procurou-se publicações científicas relacionadas ao tema violência contra a mulher. Ademais, foram adotados como critério de inclusão apenas artigos científicos publicados em língua portuguesa. Para as exclusões, consideraram-se como principais motivos outras formas de literatura, artigos em língua estrangeira e artigos que não abordassem o tema proposto.

Com base nesses critérios, foram analisados 16 artigos. Após as leituras destes, selecionaram-se as informações de maior relevância para a presente pesquisa. Logo, foram realizadas algumas considerações a respeito da violência contra mulheres e os impactos na saúde física e psíquica das vítimas.

## **Resultados e discussões**

### **Fatores socioculturais e a violência contra a mulher no contexto familiar**

A violência doméstica pode ser entendida a partir de uma multiplicidade de diferentes fatores geradores, como emocionais, biológicos, cognitivos, sociais, comportamentais e familiares. Em relação a este último, tem-se a questão da transgeracionalidade. Esta abarca um conjunto de heranças que, em consonância com os contextos social, econômico e cultural, colaboram para a formação da identidade dos sujeitos (Razera, Cenci, & Falcke, 2014).

Assim sendo, a partir da construção sociocultural, tem-se o patriarcado como um sistema de hierarquização dos papéis de gênero, em que há a relação de poder e dominação do homem sobre a mulher (Monteiro, 2012). Dessa maneira, a figura feminina é socializada para ser passiva, resignada e submissa ao homem (Brasil, 2001).

Corroborando com o desenvolvido acima, Botton, Daiana Cúnico, Barcinski e Strey (2015), acrescentam ainda que, em discursos sutis e naturalizados, desde o nascimento e a descoberta do sexo biológico, são ensinados os significados e as características do que é ser mulher ou do que é ser homem. Nesse sentido, a família, a escola, a publicidade e os discursos midiáticos, conjuntamente, ao responderem às imposições socioculturais, colaboram para a disseminação de tal formatação dos gêneros.

Diante disso, as autoras anteriormente citadas consideram que, por meio de cores, brinquedos, vestuário, comportamentos, dentre outras coisas, constroem-se os modelos identificatórios, que estão disponíveis ao infante desde o início de seu desenvolvimento. Dessa maneira, as crianças rapidamente apreendem seus papéis de gênero, tal como seus respectivos padrões socialmente aceitáveis.

Assim sendo, a sociedade brasileira se organiza em torno de um modelo patriarcal heteronormativo, baseado na dominação de homens sobre mulheres, em que eles têm o controle sobre elas, de seus corpos e comportamentos. Assim, a família patriarcal centra seu poder na figura masculina, mantendo e reafirmando a sua autoridade, e para tal, utiliza-se da violência física ou psicológica (IPEA, 2014).

Nesse sentido, as autoras abordadas anteriormente defendem que, socialmente, construiu-se que a figura feminina como detentora do papel de tanto cuidar do lar como criar e educar os filhos, cabendo ao homem, portanto, suprir as necessidades financeiras da família.

Tal conjectura, proporciona a dependência econômica da mulher, dificultando, inclusive, sua fuga do contexto de violência.

Isto posto, pode-se compreender a violência contra mulheres como um aprendizado que se dá nos processos primários de socialização, sendo difundida, em momentos secundários, na sociedade (Bandeira, 2014). Nesse sentido, vale considerar que é no seio familiar que se costuma transmitir ao indivíduo papéis sociais, valores, crenças e regras, que compõem tanto a formação de identidade do sujeito como a noção de família (Monteiro, 2012).

Além do mais, frequentemente, as práticas parentais são permeadas por episódios de violência e de punição, utilizadas como mecanismo de coerção. Tais práticas podem ser aprendidas pelas crianças que às reproduzem. Dessa maneira, de acordo com Caldeira (2012), há grande associação entre o fato que uma criança crescer vivenciando ocorrências de violência familiar e o tornar-se um agressor conjugal, alimentando a manutenção e a reprodução dessa violência.

Ademais, em virtude da legitimação por parte de discursos políticos, religiosos e da ideologia patriarcal, têm-se socialmente encoberto o tema da violência doméstica, presente no cotidiano de muitas famílias (Caldeira, 2012). Nesse sentido, as desigualdades culturais entre homens e mulheres, cristalizados em papéis estereotipados, quando acrescidos pela representação da autoridade e da força física masculina, e da sensação de impunibilidade, terminam por legitimar ou intensificar a violência (Azevedo, 1985).

Somando-se a isso, a representação histórica da mulher como pertencente aos homens, sendo subordinada à autoridade deles na jurisdição do lar, e o sexismo, levam, rotineiramente, a materialização de violências. Assim, torna-se recorrente, no âmbito social brasileiro, o discurso de que as mulheres vítimas de violência doméstica deveriam suportar esse contexto em prol dos filhos, a fim de preservar o núcleo familiar (IPEA, 2014).

Diante disso, essa prática, naturalizou o fenômeno da violência contra a mulher, principalmente no âmbito conjugal ou doméstico, e ainda considerou essa problemática como sendo respectiva à esfera privada, em que o Estado não deveria intervir (Monteiro, 2012). Assim sendo, estudos revelam que parceiros e ex-parceiros são os principais responsáveis pela violência doméstica contra a mulher (Azevedo, 1985).

## **A dinâmica da violência doméstica**

Apesar de a violência doméstica abranger vários aspectos, o Instituto Maria da Penha – IMP (2018) abordou a teoria desenvolvida pela psicóloga norte-americana Lenore Walker responsável por identificar que a violência cometida nesse contexto ocorre dentro de um ciclo que pode se perpetuar. Segundo esta autora, esse ciclo divide-se em três fases: aumento da tensão, ataque violento e a “lua de mel”.

Esse primeiro momento ocorre quando o agressor mostra-se tenso, irritado por pequenas questões do cotidiano e, assim, começa praticar a violência psicológica através de insultos, humilhações, intimidações, crises de ciúmes, destruição de objetos, gerando conflitos e passa a se estabelecer uma relação de poder, em que a mulher passa a se culpar por aquela situação, pois começa a pensar que fez algo de errado e por isso é merecedora daquilo (IMP, 2018).

Dessa maneira, segundo o Instituto Maria da Penha - IMP (2018), a mulher começa a achar justificativas para aquele comportamento do agressor, como: “ele teve um dia estressante no trabalho” ou “eu fiz isso sabendo que ele não gosta”. Assim, colocando-se num lugar de culpa, de merecedora daquilo. Contudo, ao naturalizar esses momentos de tensão, eles tornam-se mais repetitivos e, assim, levará a fase 2.

Esta fase seguinte é a da explosão do agressor. Nela, a violência que antes se restringia a verbal passa a ser física também, toda aquela tensão acumulada na fase 1 se concretiza em violência física (IMP, 2018). A mulher com baixa autoestima mantém uma relação de submissão a fim de manter seu modelo ideal de família. Entretanto, ela vive um conflito de significações pois o homem de marido idealizado passa a exercer um perfil de agressor (Nóbrega, Júnior, Nascimento, & Miranda, 2019).

Ademais, vale considerar que o contexto normativo que serve de referência para a construção da masculinidade propicia o tal comportamento masculino dos homens. Nesse viés, frente à incapacidade do indivíduo em lidar com suas frustrações adultas, o exercício da violência tem como finalidade a sensação, no agressor, de grandiosidade por meio da humilhação e da submissão da vítima. Dessa maneira, tem-se a violência como um instrumento de poder, que, contraditoriamente, não garante ao agressor o alívio de suas tensões (Brasil, 2001).

A terceira fase, conhecida como “lua de mel”, caracteriza-se pelo arrependimento do agressor que passa a proporcionar momentos bons para a mulher, um clima de “lua de mel” (Silva, 2017). Por causa disso, essa fase é um período consideravelmente calmo, já que há essa ilusão de que o agressor se tornará uma pessoa mais controlada.

Diante disso, alguns fatores que levam as vítimas a permanecerem em uma relação violenta são: a dependência emocional e financeira, a valorização da família, idealização do casamento e do amor, a preocupação com os filhos, o medo da perda e do desamparo ao ter que enfrentar a vida sozinha, principalmente quando a mulher não conta com nenhum apoio social e familiar (Araújo, 2008). Desse modo, a mulher se sente pressionada a dar outra chance ao seu relacionamento, com um misto de sentimentos de medo, remorso, culpa e ilusão.

Por fim, a tensão volta e, assim, repete-se o ciclo da violência, e, conforme o tempo vai passando, o intervalo entre uma fase e outra fica menor e as agressões passam a se tornar cada vez mais frequentes, podendo levar ao feminicídio, que é o assassinato da mulher. Portanto, nota-se a necessidade de mudanças culturais e educativas para o enfrentamento desse ciclo, identificando a dinâmica da violência nesse contexto para que se possa planejar estratégias de prevenção (Lawrenz, Macedo, Hohendorff, Foschiera, & Habigzang, 2018).

Nesse sentido, as vigentes autoras defendem que é possível questionar de que forma a sociedade atuaria nessa relação. De fato, conscientizar é necessário, mas a ideia de punição muito presente no seio social dificulta esse objetivo. A realidade evidencia que o atual sistema tem se mostrado falho nesse sentido, ele objetiva punir tão somente, e dificilmente oferece uma estrutura que possibilita a conscientização do agressor, não apenas no viés do sistema judiciário como também na estruturação social que visa punir de forma que acha mais adequada, muitas vezes atingindo até mesmo a própria vítima. Portanto, a sociedade precisa passar por inúmeras mudanças no que se entende por punição e conscientização.

### **Danos e intervenção na saúde da mulher vítima**

A violência doméstica provoca sérias consequências psicológicas na vida das vítimas. Sabe-se que tal fenômeno se caracteriza por brigas, ofensas, empurrões e vergonha. Dentro disso, além das marcas físicas que são frequentes no âmbito dessa violência, o sofrimento afeta a autoestima das mulheres, apresentando, assim, efeitos negativos na saúde mental da mesma (Soares, 2005). Segundo Ludermir (2008), a discriminação, os insultos verbais, os

sentimentos de perda, os maus tratos e a humilhação, características da violência contra a mulher, interferem na autoestima feminina e na sua capacidade de reação, mantendo o sentimento de inferioridade.

Ludermir (2008) destaca que os sintomas psicológicos encontrados nas vítimas de violência doméstica são: insônia, pesadelos, falta de concentração, irritabilidade, falta de apetite, e até surgimento de transtornos mentais como a depressão, ansiedade, síndrome do pânico, estresse pós-traumático, além de comportamentos que causam prejuízo a vida como o uso de álcool e drogas ou tentativas de suicídio. Estes estados emocionais quando não são imediatamente amparados, podem colaborar para ampliar as dificuldades no conflito à situação vivida e até desenvolver quadros psiquiátricos (Oliveira, 2007).

Nesse sentido, a literatura é ampla em relatar as condições da violência e seus possíveis efeitos para a saúde e o bem-estar. Diante disso, estudos da Organização Pan Americana de Saúde (OPAS) relativo a uma pesquisa realizada em 2003 afirmam que as mulheres que sofrem violência estão em maior risco de desenvolver transtornos alimentares, abuso de álcool e drogas, além de estresse pós-traumático, depressão, ansiedade, fobias e pânico (Fonseca, Ribeiro, & Leal, 2012).

Entretanto, já que a experiência da violência deixa a mulher exposta a um risco mais elevado de sofrer problemas mais graves, como depressão, ansiedade, estresse pós-traumático, tendência ao suicídio e consumo abusivo de álcool e drogas, ainda não é suficiente para falar sobre a causa e efeito da violência doméstica no surgimento de transtornos mentais em mulheres, mas sim do episódio de tal situação em mulheres que enfrentam desse tipo de transtorno. Dessa forma, a violência doméstica tem sido reconhecida como um fator de risco que traz diversos danos à saúde da mulher, tanto física como mental. Além disso, essa temática tem sido relacionada como a pior qualidade de vida e maior procura por serviços de saúde e internações psiquiátricas. (Adeodato, dos Reis Carvalho, de Siqueira, & de Matos e Souza, 2005).

De acordo com Vieira (2013), os serviços de saúde, bem como seus profissionais, possuem a função de identificar, monitorar e prevenir a violência contra a mulher, promovendo assistência para reabilitação da mesma, pois estes serviços são os primeiros a serem procurados pela mulher agredida. Por isso, compete aos profissionais da saúde revisar

seus procedimentos diante do tratamento e prevenção da violência, visando a realização de um atendimento integral e de qualidade as usuárias.

Apesar disso, de acordo com as colocações das autoras apresentadas anteriormente, verifica-se que mesmo com o grave efeito da violência a saúde da mulher, há certo despreparo de alguns profissionais em enfrentar casos de violência de gênero no sistema de saúde. Assim, mesmo quando a situação de violência é diagnosticada, ela não é adequadamente valorizada, visto que a utilização de instrumentos que orientam as práticas profissionais está dirigida para tratar e recuperar apenas os danos físicos. Portanto, a construção de redes de serviços para o enfrentamento da violência contra as mulheres representa um dos recursos mais relevantes e desafiadores para encarar um problema delicado como esse, visto que fortalece as mulheres e também os profissionais, pois se sentem amparados e confiantes para agir.

Diante disso, aspectos psicológicos como a instabilidade emocional e o desamparo são sentimentos que abalam a saúde mental e enfraquecem a capacidade das vítimas de violência doméstica para o enfrentamento do problema. Neste caso, vai além ao espaço público, quando, por exemplo, a mulher não consegue nem mesmo comunicar para um profissional que a atende, que é vítima de violência doméstica. Portanto, a inadequação desse saber coloca uma barreira para a evolução de um processo de trabalho em saúde diferenciado da realidade. (Guedes, Silva, & Fonseca, 2009).

A mulher vítima de violência doméstica conta atualmente com vários tipos de serviços assistenciais que vão desde assistência médica, psicológica a aconselhamento jurídicos. Silva (2010) ressalta que o papel do psicólogo é indispensável no apoio às mulheres vítimas de violência doméstica, já que ele consegue não só realizar uma construção de acolhimento, como também colaborar para a compreensão da construção do indivíduo e discutir sua relação com a sociedade.

O psicólogo, através do seu método escolhido para desempenhar esse tipo de atendimento, inicialmente deverá estabelecer um vínculo terapêutico com a vítima, fazendo com que ela se sinta em um espaço seguro e confiável, já que apenas dessa maneira, ela conseguirá comunicar as experiências vividas que lhe provocaram sofrimento, assim como resgatar seus desejos e suas vontades, que ficaram ocultos durante o período em que sofreu em uma relação marcada pela violência (Soares, 2005).

Nesse sentido, sob a ótica das autoras, constata-se que a psicoterapia ajuda a dar um novo sentido para esse evento traumático, apresentando caminhos que normalmente as mulheres vítimas não conseguem descobrir sozinhas, além de possibilitar uma reflexão sobre a situação de violência na qual elas estavam submetidas, buscando incentivar sua autonomia e autoestima.

### **Considerações Finais**

A análise realizada nesse estudo objetivou a verificação na literatura científica dos impactos da violência doméstica contra mulher no contexto familiar e na saúde mental da vítima. Nesse sentido, os dados encontrados na literatura sobre a temática corroboram que, na raiz do contexto de violência doméstica, há um contexto social e cultural que legitima a desigualdade entre os gêneros, propiciando a prática da violência. Além disso, como consequência, além das dificuldades que a mulher vítima se depara ao tentar abandonar o contexto de violência na qual se encontra, constatou-se inúmeros impactos psicológicos, tais como transtorno de estresse pós-traumático, depressão e fobias.

Diante da atual conjectura sociocultural, houve dificuldade durante a realização dessa pesquisa, em encontrar estudos epidemiológicos que constatassem os dados de violência doméstica contra a mulher em âmbito nacional. Nesse sentido, confirma-se não apenas a naturalização da violência contra a mulher no contexto doméstico, mas também o silenciamento do governo perante essa problemática.

Assim, para que seja possível o enfrentamento da violência contra as mulheres, faz necessária a disseminação de informações a respeito das raízes culturais e dos mecanismos sociais que propiciam a reprodução de normas e comportamentos que forjaram a ideologia de desigualdade de gênero, na qual a mulher se encontra subvalorizada.

Nesse sentido, considerando a família como o local em que ocorre o primeiro processo de socialização e de identificação infantil, urge o estímulo à co-parentalidade na criação e educação dos filhos. Para tanto, faz-se necessária a superação da dicotomia que aprisiona homens e mulheres em amarras sociais que estigmatizam em rígidos modelos a figura do homem como o provedor e a da mulher como cuidadora da casa e da família.

Ademias, as mídias devem promover discursos que visem o questionamento de discursos hierarquizantes e discriminatórios, prezando pelo estímulo à igualdade entre os

sexos e a valorização da mulher. Além disso, tal veículo de informação deve proporcionar múltiplos programas que abordem o contexto e as implicações da violência doméstica, a fim de que as mulheres vítimas consigam perceber a situação em que se encontram e, assim, busquem ajuda.

Pensando nisso, por meio de um levantamento panorâmico de questões que atravessam a temática da violência doméstica contra mulheres, buscou-se possibilitar reflexões, visando, assim, instigar novos questionamentos. Além do mais, ao contemplar o contexto em que se dá a violência e, depois, os danos à saúde mental das vítimas, visou-se a promoção de um olhar empático e acolhedor em relação à mulher violentada, principalmente no atendimento no âmbito da saúde.

Além do mais, sugere-se maiores pesquisas a respeito de como se dá a influência dos laços afetivos entre as figuras parentais e como essa relação pode afetar o desenvolvimento do autoconceito e a saúde mental de filhas e filhos. Além disso, considerando o contexto tecnológico do século XIX, investigar como se dá a manutenção e o isolamento da mulher no ciclo de violência doméstica, mesmo havendo inúmeras fontes de informação e meios de conseguir ajuda.

Assim sendo, ao propor contemplar o contexto sociocultural que propicia e auxilia na manutenção da violência doméstica contra mulher e os impactos na saúde mental da vítima, o vigente estudo apenas abarca uma parcela das problemáticas constituintes dessa complexa temática. Entretanto, vale ressaltar a importância da contribuição deste trabalho em prol da promoção de reflexões acerca do ocorrido.

## Referências

Adeodato, V. G., dos Reis Carvalho, R., de Siqueira, V. R., & de Matos e Souza, F. G. (2005). Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros. *Revista de Saude Publica*, 39(1), 108–113.

Araújo, M de F. (1996). Atendimento a mulheres e famílias vítimas de violência doméstica. *Revista de Psicologia do Departamento de Psicologia Clínica*, 9, 7–17.

Araújo, Maria de Fátima. (2008). Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de

poder e dominação. *Psicologia para América Latina*, (15), 0–0.

Azevedo, M. A. (1985). *Mulheres espancadas: a violência denunciada*. São Paulo: Cortez.

Bandeira, L. M. (2014). Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Revista Sociedade e Estado*, 29(2), 449–469. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/se/v29n2/08.pdf>

Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Bardin, L. (2006). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Botelho, L. L. R., Cunha, C. C. de A., & Macedo, M. (2011). O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão e Sociedade*, 5(11), 121–136.

Botton, A., Daiana Cúnico, S., Barcinski, M., & Strey, M. N. (2015). Os Papéis Parentais nas Famílias: Analisando Aspectos Transgeracionais e de Gênero The Parental Roles in Families: Analyzing Transgenerational and Gender Aspects. *Pensando Famílias*, 19(2), 43–56.

Brasil, Ministério da Saúde, & Secretaria de Políticas de Saúde. (2001). *Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço*. Recuperado de [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05\\_19.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf)

Caldeira, C. T. M. (2012). *Perfil Psicopatológico de Agressores Conjugais e Fatores de Risco* (Universidade da Beira Interior). Recuperado de <https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/3891/1/Dissertação.pdf>

Datafolha, & Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). (2019). *Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*. Recuperado de [https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2019/02/FBSP\\_2018\\_visivel-invisivel-vitimizacao-de-mulheres.pdf](https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2019/02/FBSP_2018_visivel-invisivel-vitimizacao-de-mulheres.pdf)

Deslandes, S. F., Neto, O. C., & Gomes, R. (2003). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (22º ed; M. C. de S. Minayo, Org.). Petrópolis, RJ: Vozes.

Fonseca, D. H. da, Ribeiro, C. G., & Leal, N. S. B. (2012). Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), 307–314.

Guedes, R. N., Silva, A. T. M. C., & Fonseca, R. M. G. S. da. (2009). A violência de gênero e o processo saúde-doença das mulheres. *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*, 13(3), 625–631.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2014). *Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS): Tolerância social à violência contra as mulheres*. Recuperado de <http://www.ipea.gov.br>

Instituto Maria da Penha. (2018). Ciclo da violência. Recuperado 6 de outubro de 2019, de Instituto Maria da Penha website: <http://www.institutomariadapenha.org.br/violencia-domestica/ciclo-da-violencia.html>

Lawrenz, P., Macedo, D. M., Hohendorff, J. von, Foschiera, L. N., & Habigzang, L. F. (2018). Violência contra Mulher: Notificações dos Profissionais da Saúde no Rio Grande do Sul. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 34.

Lisboa, T. K., & Pinheiro, E. A. (2005). A intervenção so Serviço Social junto à questão da violência contra a mulher. *Revista Katálysis*, 8(2), 199–210. Recuperado de <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=179616343007>

Ludermir, A. B. (2008). Desigualdades de Classe e Gênero e Saúde Mental nas Cidades. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, 18(3), 451–467.

Monteiro, F. S. (2012). *O papel do psicólogo no atendimento às vítimas e autores de violência doméstica* (Centro Universitário de Brasília). Recuperado de <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/2593/3/20820746.pdf>

Mozzato, A. R., & Grzybovski, D. (2011). Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios. *Revista de Administração Contemporânea*, 15(4), 731–747. Recuperado de

<http://www.scielo.br/pdf/rac/v15n4/a10v15n4>

Nóbrega, V. K. de M., Júnior, J. M. P., Nascimento, E. G. C. do, & Miranda, F. A. N. de. (2019). Renúncia, violência e denúncia: representações sociais do homem agressor sob a ótica da mulher agredida. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24(7), 2659–2666.

Oliveira, R. C. (2007). O conceito de implicação e a pesquisa-intervenção institucionalista. *Psicologia e Sociedade*.

Razera, J., Cenci, C. M. B., & Falcke, D. (2014). Violência Doméstica e Transgeracionalidade: Um Estudo de Caso. *Revista de Psicologia da IMED*, 6(1), 47–51. Recuperado de [https://www.researchgate.net/profile/Denise\\_Falcke/publication/284345309\\_Violencia\\_Domestica\\_e\\_Transgeracionalidade\\_Um\\_Estudo\\_de\\_Caso/links/578799d608aedc252a935ed4/Violencia-Domestica-e-Transgeracionalidade-Um-Estudo-de-Caso.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Denise_Falcke/publication/284345309_Violencia_Domestica_e_Transgeracionalidade_Um_Estudo_de_Caso/links/578799d608aedc252a935ed4/Violencia-Domestica-e-Transgeracionalidade-Um-Estudo-de-Caso.pdf)

Santos, F. M. dos. (2012). Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin. *Revista Eletrônica de Educação*, 6(1), 383–387. Recuperado de <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/291/156>

Silva, A. A. da. (2017). O ciclo vicioso da violência doméstica contra a mulher: um inferno particular. Recuperado 6 de outubro de 2019, de JUS.com.br website: <https://jus.com.br/artigos/57288/o-ciclo-vicioso-da-violencia-domestica-contra-a-mulher-um-inferno-particular>

Silvia, M. V. (2010). *Violência contra a Mulher: Quem mete a colher?* São Paulo: Cortez.

Soares, B. M. (2005). *Mulheres Invisíveis: violência conjugal e novas políticas de segurança*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Vieira, E. M. (2013). Respostas à violência de gênero entre profissionais de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18.

**Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito**

Ana Fernanda Carnellosso Silva – 16,7%

Caroline Guerreiro Alves – 16,7%

Gabriéli Dias Machado -16,7%

Isadora Ribeiro Meine –16,7%

Renata Machado da Silva – 16,6%

Janaína Pereira Pretto Carlesso – 16,6%